

# **MICHELÃO, RIBEIRO**

## **ADVOGADOS ASSOCIADOS**

BOLETIM INFORMATIVO PARA O  
SINTUNESP  
Nº 03/06

### **APRESENTAÇÃO**

**Este boletim é uma publicação interna com orientações jurídicas gerais para os associados do SINTUNESP. Representa a opinião do Departamento Jurídico da entidade, sob responsabilidade da MICHELÃO, RIBEIRO – ADVOGADOS ASSOCIADOS, escritório localizado em Bauru, na rua Araújo Leite, 35-76, fone/fax para contato 3234 8387 e correio eletrônico, mr.advogados@uol.com.br.**

---

### **A APOSENTADORIA DOS SERVIDORES DIANTE DAS ALTERAÇÕES CONSTITUCIONAIS.**

Procuramos com as presentes orientações posicionar as situações para a obtenção da aposentadoria espontânea dos servidores, em decorrência das emendas constitucionais que alteraram a redação original dada ao texto constitucional.

Primeiramente, cumpre informar que houve uma mudança de parâmetro legal, o critério anterior focava o tempo de serviço, após o advento das alterações produzidas pelas emendas nº 20/98, 41/03 e 47/05, consolidou-se o tempo de contribuição como base de sustentação do sistema previdenciários.

As alterações também liquidaram a aposentadoria proporcional, mantiveram a

aposentadoria por idade, porém com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Também se permitiu que os servidores que implementaram todos os requisitos para a aposentadoria proporcional até 31/12/2003 adquiram o direito ao benefício, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, mas, para isso, deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I-cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II-cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III-tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data de 16/12/1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

As regras atualmente em vigor passaram a ser as seguintes:

1 – Para quem ingressou no serviço público após 31/12/2003(data de publicação da Emenda Constitucional 41/03) é necessário a idade de sessenta anos e trinta e cinco anos e trinta de contribuição, se for mulher. Além disso é necessário dez anos de efetivo exercício no serviço público cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

É importante observar que os proventos serão proporcionais e o reajuste não terá mais como base a paridade, apenas a manutenção do chamado valor real.

Tal situação remete a um cenário pouco favorável aos inativos, pensamos, afinal a

recuperação do chamado valor real nunca é integral.

2 – Para quem ingressou até 31/12/2003 fica estabelecida a idade mínima de sessenta anos e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

Além disso é necessário o cumprimento de vinte anos de efetivo exercício no serviço público, dez de carreira e cinco anos de efetivo exercício na função na qual a aposentadoria se dará.

Os proventos serão integrais e corresponderão a totalidade da remuneração do servidor no cargo ou função efetiva em que se der a aposentadoria. Aqui, está mantida a paridade com aqueles em atividade.

3 – Para quem ingressou no serviço público até 16/12/1998, a idade mínima resultante da redução de uma ano, tomados os sessenta ou cinquenta e cinco anos, para cada excedente aos trinta e cinco ou trinta anos de contribuição, respectivamente para homens e mulheres.

Além disso, também é necessário que o servidor tenha vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria.

Aqui os proventos também serão integrais, com paridade.

Existe a possibilidade dos servidores optarem pela regra que entender mais benéfica, assim, o admitido até 1998 pode utilizar das regras posteriores, assim como os citados no segundo tópico podem optar pelas condições descritas no terceiro.

As emendas estabeleceram regras de transição. Estas fornecem algumas possibilidades bem limitadas, como por exemplo, a do artigo 2º da

EC 41/2003 que estabeleceu opção sujeita a teto com os seguintes requisitos: homem = 53 + 5 exercício no cargo em que se der a aposentadoria + 35 anos de contribuição (valendo tempo de serviço). Mulher = 48+5+30. Para ambos deve-se adicionar 20% do tempo que faltaria para atingir o limite de 35 anos.

Outra norma transitória assegurou a aposentadoria com proventos integrais aos que já tivessem completado o tempo de serviço.

Entendemos que as alterações propostas para o sistema previdenciário dos servidores comprometeu a qualidade da aposentadoria em relação a redação do texto constitucional original.

Além disso, a contribuição para o custeio do sistema encareceu a acessibilidade ao direito.

São essas as considerações gerais onde pretendemos demonstrar a complexidade do tema e, assim, gostaríamos de mencionar que as informações aqui prestadas são gerais e apenas visam estabelecer orientações e esclarecimentos.

Análises apuradas quanto a aquisição do direito, ou não, devem ser encaminhadas para estudo pelo Departamento Jurídico da entidade visando um posicionamento completo e específico.

## **A QUESTÃO DA DURAÇÃO DO TRABALHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

A jornada de trabalho é talvez um dos temas mais importantes na relação que se estabelece entre um trabalhador e aquele que se apropria de seu trabalho, seja ele público ou privado.

Tal tema tem esses contornos de importância em razão do fato de ser aí a matriz da exploração do trabalho humano e da sua apropriação.

De longa data a classe trabalhadora vem se preocupando com esse tema que, por razões diversas, acabou se refletindo no texto constitucional.

O estabelecimento de uma jornada mínima de trabalho, portanto, passou a integrar o rol de direitos constitucionais e em posição privilegiada.

Encontramos a disciplina dessa matéria entre os direitos fundamentais, classificados como direitos sociais trabalhistas.

Especificamente trata-se de norma prevista no artigo 7º, inciso XIII, XIV, XV e XVI, da Constituição da República. Tais incisos versam sobre duração do trabalho normal; a questão dos turnos ininterruptos de revezamento; repouso semanal remunerado e sobre a remuneração do trabalho superior ao noturno.

Também no texto constitucional encontramos que tais direitos se estendem aos servidores públicos, na forma do disposto no artigo 39, § 3º, excepcionando a questão do turno ininterrupto de revezamento.

É que o artigo 39 ao especificar os direitos excluiu alguns, o que, sem sombra de dúvidas é prejudicial ao servidor.

De qualquer forma, admitiu que, na hipótese do Estado exigir de seu servidor horas semanais extraordinárias, estará obrigado a fazer o pagamento dessas com o adicional constitucional de 50%.

Assim, os atos administrativos que proíbem a realização de horas extraordinárias dizem respeito a orientação para as chefias em não exigí-las, nunca se destinam aos servidores para que não as recebam, tal compreensão é absolutamente equivocada.

O Servidor tem direito ao recebimento das horas extraordinárias independentemente de eventual determinação administrativa em sentido oposto. Tais determinações podem, se muito, gerar a responsabilização de chefias por exigirem tais horas, vez que estariam contrariando disposições administrativas superiores, nunca impediriam o recebimento. Se aceitassem qualquer hipótese contrária estaríamos diante de um ato administrativo superior ao texto constitucional o que é totalmente absurdo.

Mais, o recebimento de gratificações não obsta o recebimento de horas extras, salvo em situações excepcionais.

Quanto as compensações, ou seja, o servidor excede a jornada em um dia e trabalha em outro, entendemos que deve se dar dentro de uma mesma semana e mesmo assim com a celebração de acordo coletivo com o SINTUNESP.

A redação do inciso XIII é cristalina nesse sentido, confira-se:

*Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho*

Bem, aqui encontramos a previsão expressa onde, para que possa haver a compensação deve existir o acordo ou a convenção. Aqueles que entendem que a Administração Pública não pode celebrar esses instrumentos, deve concordar igualmente, por obediência a uma legalidade restritiva, que ela não pode compensar jornada, senão estaríamos diante de dois pesos e duas medidas.

Logo, a jornada diária prestada além das legalmente contratadas pressupõe a incidência do pagamento de horas extras, com o adicional legal.